

Article

ADVERSIDADE(S): NARRATIVAS DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÓMICA

Adversity: narratives of families in situations of social and economic vulnerability

ROSILDA MARILETE REICHERT, PAULA MARISA FORTUNATO VAZ, ELZA MESQUITA & ILDA FREIRE-RIBEIRO¹

Resumo: O estudo que se apresenta neste artigo, sobre as vozes das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica, tem como objetivos: (i) analisar o percurso de vida das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica; (ii) caracterizar as famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, a partir da voz dos atores; (iii) compreender a relação entre a situação de vulnerabilidade das famílias e o sucesso escolar das crianças; (iv) identificar mecanismos relevantes para prevenir e/ou ultrapassar diferentes vulnerabilidades sociais e económicas. Para responder aos objetivos optou-se por uma metodologia qualitativa, com recurso à entrevista semiestruturada, realizada a partir de um guião elaborado para o efeito, como técnica de recolha de dados. Para a análise dos dados recolhidos optou-se pela análise de conteúdo. O estudo envolveu a participação de cinco famílias, representadas pelas mães, provenientes de diferentes concelhos do Distrito de Bragança, do nordeste de Portugal Continental. Os resultados revelaram que as famílias enfrentam vulnerabilidade(s) relacionadas com situações de separação conjugal, desemprego de longa duração, problemas de saúde e dificuldades económicas. A baixa escolaridade da mãe e/ou a não participação do pai na vida conjugal podem ser fatores que influenciam no desempenho escolar das crianças, isso porque a mãe fica impedida de proporcionar apoio nos estudos e, o pai, maioritariamente não se faz presente. A presença do irmão mais velho surge como um fator que converge para o sucesso escolar do irmão mais novo.

Palavras-chave: Sucesso escolar; Vulnerabilidade social e económica; Percurso de vida; Expectativas educativas.

Abstract: This article presents a study on the voices of families facing social and economic vulnerability, aiming to: (i) analyze the life trajectories of families in situations of social and economic vulnerability; (ii) characterize families in situations of social and economic vulnerability, based on the voices of the actors; (iii) understand the relationship between the vulnerability of families and the academic success of children; (iv) identify relevant mechanisms to prevent and/or overcome different social and economic vulnerabilities. To achieve these objectives, a qualitative methodology was chosen, using semi-structured interviews conducted according to a specially designed script as a data collection technique. Content analysis was used to analyze the collected data. The study involved the participation of five families, represented by their mothers, from different municipalities in the Bragança District, in northeastern Portugal. The results revealed that the families face vulnerabilities related to marital separation, long-term unemployment, health problems, and economic difficulties.

¹ Centro de Investigação Transdisciplinar em Educação e Desenvolvimento (CITeD), Instituto Politécnico de Bragança. Contato principal: paulavaz@ipb.pt



Low maternal education and/or the father's lack of involvement in marital life can be factors that influence children's school performance, because the mother is prevented from providing support in studies and the father is mostly absent. The presence of an older sibling emerges as a factor that contributes to the younger sibling's academic success.

Keywords: School success; Social and economic vulnerability; Life trajectory; Educational expectations.

1. Enquadramento teórico.

O percurso escolar das crianças e jovens pode ser marcado por diversos fatores que podem influenciar o seu desempenho escolar. A situação profissional dos seus familiares emerge, efetivamente, como um desses fatores. Frutos et al. (2019) relacionaram o rendimento académico dos filhos com a situação profissional dos seus progenitores e observaram que a situação de desemprego do pai ou da mãe afeta negativamente o rendimento escolar das crianças. Quando os pais estão desempregados, há uma maior percentagem de alunos com insucesso nos estudos e, quando os pais trabalham, os filhos apresentam melhores resultados escolares. No mesmo estudo, Frutos et al. (2019) observaram que as crianças e jovens, cujos pais possuíam estudos superiores, representavam os que tinham menos insucesso nos estudos e alcançavam as notas mais altas. A escolaridade da mãe é apontada como um fator que tem efeito no acompanhamento nos estudos dos filhos (Mestre & Baptista, 2016a, 2016b). Isto justifica também que as mães que, supostamente, têm mais estudos se envolvam mais na escolaridade dos filhos (D'Avila-Bacarji et al., 2005). Além do envolvimento da mãe, o envolvimento do pai nos estudos dos filhos é uma alavanca para promover o desempenho académico da criança (Castro et al., 2015). O irmão mais velho, quando for o caso, também pode ser uma mais-valia, sobretudo se estiverem disponíveis para ajudar os irmãos mais novos no seu percurso escolar (Reichert, 2022).

Outro fator adverso é a idade dos pais, uma vez que os mais velhos estão menos disponíveis para oferecer suporte parental, ou seja, o envolvimento é pouco e há menos “oferta de materiais estimuladores para o desenvolvimento das crianças por parte dos pais mais velhos em atividades compartilhadas com os filhos” (Andrada et al., 2008, p. 546).

A vivência na separação dos pais pode ser outro fator que interfere na vida social e escolar da criança, isto porque, segundo Nunes-Costa et al. (2009), estas crianças parecem ser menos capazes de terminar as tarefas escolares, podem manifestar problemas de concentração, obtêm piores resultados em matemática e línguas e, ainda, mostram menos responsabilidade. Como referido anteriormente, as variáveis socioeconómicas, tais como a escolaridade dos pais e o rendimento familiar têm influência na aprendizagem das crianças.

Para Jacobsen et al., (2013) a escolaridade dos pais está relacionada com as habilidades verbais (porque os pais com melhores condições socioeconómicas tendem a apresentar maiores habilidades linguísticas), enquanto o rendimento familiar (orçamento doméstico) está arrolado a aspetos mais gerais da sua aprendizagem (ou seja, pais com maior nível socioeconómico tendem a criar um ambiente que oferece uma melhor estimulação para a aprendizagem).

O papel que a família desempenha junto das crianças e/ou jovens durante o seu percurso escolar é de extrema importância. Numa análise realizada às condições de vida de famílias em vulnerabilidade social, atendendo à sua relação com o bem-estar, saúde mental e a participação escolar das crianças e jovens, Souza Barros et al., (2019) identificaram um prejuízo significativo no seu desempenho escolar associando-o a fatores relacionados com a cultura de exclusão, vulnerabilidade social, falta de estímulo da família, despreparo da escola e dos professores para trabalhar com tal população e a sua realidade social. Para os autores, as vulnerabilidades sociais identificadas, estariam associadas à falta de acesso a um trabalho remunerado. Este fator interferia diretamente em muitas das esferas das famílias, assinalando-se, como exemplo, dificuldades de acesso à saúde, transportes, habitação, cultura, lazer, entre outros aspetos. Os autores perceberam ainda que os pais atribuem aos filhos a responsabilidade nos resultados escolares. Para além desta responsabilização, emerge também, por um lado, a violência como estratégia de educação e, por outro, o facto de a família não reconhecer o papel transformador da escola na vida dos seus filhos (Souza Barros, et al., 2019).

Portanto, a escolaridade e a condição socioeconómica dos pais são fatores condescendentes da mesma condição socioeconómica dos filhos. O que significa que deve haver uma melhoria da igualdade de oportunidade na educação que poderá desempenhar um papel importante na mobilidade social entre gerações. Para além disso, terá de se investir em políticas de combate à pobreza e à exclusão social, no sentido de se criarem melhores condições de vida, melhorando a situação económica dos mais desfavorecidos (D’Uva & Fernandes, 2017).

Além disso, a literatura tem demonstrado que crianças e jovens que vivem em situação de alta vulnerabilidade socioeconómica, conseguem, no entanto, estudar para além da escolaridade obrigatória e inclusivamente ingressar no ensino superior (Vera et al., 2021). Gomes e Rivas (2017) sugerem que existem certos estudantes que, apesar de provirem de um grupo de risco, têm altos resultados escolares. Este fenómeno encaixa naquilo a que a Psicologia chama de resiliência. Trata-se de uma capacidade de se adaptar ao stress e a

adversidade. Ou seja, é algo positivo sendo “uma consequência de algo negativo,” podendo “ser desenvolvida e cultivada tanto a nível pessoal como social, por exemplo, nas organizações e sociedades no seu conjunto” (Salanova, 2021, p. 13). A resiliência é um processo que está relacionado com muitos fatores, cujas consequências podem sofrer intervenção e ser fomentadas. “Se trata, por lo tanto, de una prueba clara de que es posible mejorar los logros de aprendizaje de quienes viven en contextos de vulnerabilidad” (Gómez & Rivas, 2017, p. 217). Neste sentido, é desejável que se promova a resiliência no sistema educativo. Crianças vulneráveis que têm bons resultados escolares, apesar da sua situação, são necessariamente resilientes. Estas crianças são modelos para os seus pares, uma vez que estudar a resiliência explica-nos as razões de existirem pessoas, grupos, organizações e sociedades que apesar das dificuldades “respondem de forma positiva com maior facilidade, e porque é que reemergem destas dificuldades fortalecidas e com maior contundência nas ações e resultados” (Salanova, 2021, p.25).

A fim de dar apoio às famílias e suas crianças em situação de vulnerabilidade social e económica, o Estado português realiza transferências sociais que são responsáveis pela possibilidade de reduzir o risco de pobreza. Conforme o PORDATA (2021) as transferências sociais reduzem o risco de pobreza de 42% para 16%. O risco de pobreza é experimentado principalmente pelas famílias numerosas, famílias monoparentais, famílias com membros desempregados. Sendo a taxa de desemprego maior em adultos com baixos níveis de escolaridade (Wall et al., 2013). Logo, é por meio do pagamento de subsídios, pensões e abono às famílias que se visa diminuir a percentagem de crianças em situação de vulnerabilidade e contribuir para a redução da pobreza infantil (Wall et al., 2013).

As famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica podem ser beneficiárias de apoios, nomeadamente: Abono de Família, Rendimento social de Inserção (RSI) e Ação Social Escolar (ASE), etc. O Abono de Família para Crianças e Jovens foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003) e define a proteção de crianças, na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de proteção familiar. O apoio consagra proteções familiares mais seletivas, privilegiando as famílias de menores rendimentos e com maior número de filhos. O montante da prestação é modulado de acordo com os escalões de rendimentos fixados na Lei. O posicionamento dos escalões é aferido em função do rendimento de referência, sendo variável, não só em conformidade com o valor per capita dos rendimentos do agregado familiar, mas também pelo número de crianças e jovens em situação de risco.

O RSI foi regulado pela Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, da Assembleia da República (2003), que revogou o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, e criou o RSI. Trata-se de uma medida política social de combate à pobreza. No ano de 2020 o número total de beneficiários foi de 262.542, sendo 122.340 do sexo masculino e 140.202 do sexo feminino, conforme informações obtidas a partir do PORDATA (2022). Estes números têm vindo a diminuir desde 2011. A diminuição justifica-se devido à alteração dos critérios de acesso à medida. Entretanto, devido à situação pandémica da COVID-19, mais famílias acederam ao apoio (ONLCP, 2021).

Outra política pública de apoio às famílias, refere-se aos apoios no âmbito da ASE. O apoio é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, do Ministério da Educação (2009 que é um Regime Jurídico da ASE. Os apoios são destinados a apoiar crianças e jovens de famílias em condições socioeconómicas menos favoráveis para terem acesso à escola, sendo atribuídos a quem frequenta a escolaridade obrigatória, abrangendo todos os níveis de ensino, nomeadamente, da educação pré-escolar ao ensino secundário. Os apoios compreendem alimentação, transporte, alojamento, bolsa de mérito, auxílios económicos, prevenção de acidentes e seguro escolar.

Segundo a literatura, cada vez menos famílias estão a ser assistidas pelo Estado desde a crise económica de 2008, de forma que tem havido repercussões diretas no bem-estar das crianças a nível da saúde, da educação e de apoios sociais, em especial, às famílias mais carenciadas. Desde a crise de 2008 que se tem verificado uma redução das prestações sociais, bem como nos apoios prestados à população infantil, sendo este o grupo com maior risco de pobreza em Portugal (Wall et al., 2013). Salvaguarda-se, também, que o RSI é o apoio mais prestado às famílias desde a crise (Marques & Matos, 2016).

2. Metodologia.

Para analisar e responder aos objetivos delineados a priori elegeu-se uma metodologia de natureza qualitativa por ser reconhecida entre as “várias possibilidades de se estudar os fenómenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (Godoy, 1995, p. 21). Para compreender o percurso de vida das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica circunscrevemo-nos aos seguintes objetivos: i) analisar o percurso de vida das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica; ii) caracterizar as famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, a partir da voz dos atores; iii) compreender a relação entre a situação de vulnerabilidade das famílias e o sucesso escolar das crianças; iv) identificar mecanismos relevantes para prevenir e/ou ultrapassar diferentes

vulnerabilidades sociais e económicas. O presente estudo parte de uma investigação mais ampla, que teve como objeto de estudo famílias e crianças que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e económica de diferentes concelhos do Distrito de Bragança, Região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes (NUTS III).

Para dar resposta aos objetivos do estudo elegeu-se o inquérito por entrevista como técnica de recolha de dados e o guião semiestruturado como instrumento da recolha de dados. Foi elaborado um guião de entrevista para aplicar especificamente às famílias, no qual se consideraram blocos temáticos e objetivos (Amado, 2017). E, para análise dos dados, elegeu-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Para a realização do estudo foi solicitada a colaboração das Câmaras Municipais e de Associações voltadas para o apoio às famílias. Uma vez solicitadas autorizações formais escritas, a nível superior, contactaram-se, em seguida, as equipas técnicas de ação social a quem se pediu a sinalização de famílias em situação de vulnerabilidade social e económica. Consideraram-se como critérios de inclusão: a) receber apoio dos serviços de ação social escolar; b) receber apoio por parte de instituições sociais de solidariedade social. Foram selecionadas cinco famílias que foram previamente contactadas pelas equipas que as apoiam, no sentido de se perceber se teriam interesse e disponibilidade para participar. Uma vez manifestado o seu interesse, foram contactadas pela equipa que conduziu esta investigação. Agendaram-se e realizaram-se as entrevistas com cinco famílias, em formato presencial, representadas pelas mães. Todas preencheram, previamente, um Termo de Consentimento Informado, com informação de garantia de anonimato e confidencialidade dos dados e respostas individuais. As entrevistas decorreram nas respetivas instituições que as apoiam e tiveram duração variável, rondando os 60 minutos.

Todas as questões éticas foram respeitadas, tal como preconizado por Pedro (2022) que defende que uma investigação qualitativa em educação com crianças e adultos deve ter em conta os seguintes princípios: 1) consentimento informado; 2) confidencialidade, anonimato e privacidade; 3) análise da relação custos-benefícios pela participação na pesquisa; e 4) recompensas.

Num primeiro momento explicou-se, aos participantes, o projeto de investigação, enunciando os principais objetivos; foi assegurado que o processo de consentimento era aberto, de modo que tinham a opção de desistir a qualquer momento sem quaisquer tipos de consequências; os participantes assinaram o Termo de Consentimento Informado; a fim de se garantir a confidencialidade, anonimato e privacidade, atribuiu-se um código a cada família. Todas as decisões tomadas pelas investigadoras foram no sentido de minimizar os

riscos e potencializar os benefícios para os participantes. Em relação à recompensa, esta apenas foi oferecida às crianças.

Após realizar as entrevistas, as mesmas foram transcritas com recurso ao software Nvivo. Após a transcrição foi feita a análise e interpretação dos dados baseada numa abordagem de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

Com os dados emergentes das entrevistas foi possível fazer uma análise sobre as vozes das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica. Na Tabela 1 apresenta-se, antes de mais, a caracterização sociodemográfica das famílias do estudo.

Tabla 1.

Caracterização das famílias

Código da família	Escolaridade do agregado	Idade	Situação conjugal	Profissão da entrevistada	N.º de membros no agregado	N.º de filhos	Habitação própria
EF1_F	12.º ano	41 anos	Separada	Auxiliar limpeza	2	1	Sim
EF2_F	12.º ano	41 anos	Divorciada	Assistente operacional	5	3	Sim
EF3_F	Mestrado	41 anos	Divorciada	Programas desemprego	5	2	Não. Mora com os pais
EF4_F	6.º ano	45 anos	Divorciada	Restauração	4	3	Sim
EF5_F	Mestrado	41 anos	Casada	Desempregada	6	5	Não. Arrendada

Fonte: Elaboração própria

Foi possível observar que a maioria das mães entrevistadas, quatro das cinco totais, tem 41 anos. No que se refere às características das famílias podemos verificar que a escolaridade das mães apresentou variações, entre o 6.º ano de escolaridade e o mestrado. Quanto à situação conjugal identificou-se que a maioria se encontrava em situação de divorciada ou separada. No âmbito da situação profissional, a maioria das mães estava empregada. O número de membros do agregado familiar variava de 2 a 6. Destaca-se que, na maioria dos casos, o número de crianças superava o dos adultos na composição familiar.

3. Resultados.

Inicialmente procurou-se perceber o percurso de vida das famílias e, nesse sentido, foram inquiridas sobre as experiências da sua história de vida, a composição do agregado familiar, a situação conjugal. As experiências da infância são descritas de forma diferente. Uma mãe descreve uma infância em que não era feliz, porque não tinha tempo para brincar,

nem recursos financeiros para comprar determinados alimentos. Foram evidenciados dois casos em que as crianças tinham de ajudar os pais na agricultura. A maioria das mães considera ter tido uma infância feliz. O agregado familiar, em sua maioria, era composto pela mãe e filhos. Existia o caso de uma mãe com filhos, a residir com os avós. Existia apenas um caso de família nuclear, as demais famílias eram monoparentais, assumidas pelo membro do sexo feminino. Três das famílias eram de procedência estrangeira, somente duas nasceram em Portugal. Duas das famílias, de origem estrangeira, estavam emigradas. O tempo de residência em Portugal é de, no mínimo, quatro anos.

Analisaram-se de seguida os aspetos relativos à formação/profissão, questionando sobre a escolaridade, o percurso escolar e o percurso profissional. A escolaridade das mães varia do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) a mestrado. Todas as mães, referiram ter sido boas alunas quando andavam na escola, referindo resultados como “satisfaz bastante”, “bom” e uma média de aproximadamente 15 valores. A maioria das mães não tinha formação académica. Duas mães tiraram o curso de mestrado (psicologia e engenharia), mas somente uma exercia a profissão (através de um programa de emprego da Câmara Municipal) e a outra estava desempregada. As demais não tinham formação académica. A maioria exercia atividades, na restauração (20 anos no mesmo restaurante), como assistente operacional (recém concursada) e como auxiliar de limpeza (num lar de idosos). Ainda sobre o percurso profissional das mães observou-se que as atividades que estas vieram a desempenhar ao longo de sua vida foram cuidar de idosos, fazer manicure, fazer traduções, venda de automóveis, restauração e, principalmente, trabalho para os programas de emprego. Em relação aos pais não foi possível perceber as suas escolaridades, mas pôde-se averiguar que desenvolviam atividades, ou no ramo da restauração, ou como bombeiros, mecânicos e calceteiros. Ainda na componente formação do pai/mãe foi possível evidenciar o caso de uma mãe que, após o processo de divórcio, regressou aos estudos, tendo terminado a licenciatura e o curso de mestrado. Outra mãe alegou desejar regressar aos estudos, em momento futuro, para tirar um curso na área das tecnologias.

Relativamente à situação socioeconómica, questionou-se sobre situação de emprego e de vida atual, problemas familiares, razões para procura de apoio social escolar. A maioria das famílias encontrava-se em situação de vulnerabilidade social e económica. Como pudemos averiguar, constamos um caso de uma família que não recebia apoio da ASE, por não se enquadrar como beneficiária do Abono de Família. Tratava-se de uma família que estava a vivenciar um processo de divórcio. No dia da entrevista, a mãe (grávida de 8 meses) e a filha encontravam-se numa situação de grande vulnerabilidade, estando mesmo a ser

apoiadas por uma associação de ajuda humanitária. Nesta associação, a mãe conseguia receber uma cesta básica com alimentos de primeira necessidade, bem como roupas para o filho que estava para nascer. Outra família (pai empregado e mãe desempregada) também era apoiada por uma associação. Tratava-se de uma família com grandes dificuldades económicas para suprir as necessidades de quatro filhos com idades dos 3 aos 8 anos. Uma terceira família não tinha condições económicas para arrendar uma casa, e por isso estava a residir na casa dos avós maternos. Um dos membros da quarta família narrou que passava por situações em que não podia comprar uma camisola para os seus três filhos. Somente a mãe da quinta família disse não ter necessidades económicas, contudo, tinha problemas a nível dos cuidados com um filho que tinha Trissomia 21.

Portanto, a situação socioeconómica é marcada por apoios no âmbito da ASE, Abono de Família, ajuda de associações e os empregos temporários através de programas de emprego. A maioria das famílias tinha habitação própria, com exceção de duas, uma que vivia com os avós e outra que vivia numa casa arrendada.

Quanto às expectativas familiares face à educação dos filhos, questionou-se sobre os filhos, o que pensam que eles podem vir a ser, sobre quem os apoia nos estudos e as dificuldades sentidas no apoio aos estudos. Observou-se, a partir das entrevistas, que as mães esperavam que os seus filhos pudessem terminar os estudos. Uma das mães narrou que almejava que os seus filhos, no mínimo, conseguissem terminar o 12.º ano de escolaridade. Reportamo-nos à mãe que possuía o curso de mestrado, mas que, no entanto, não teve saída profissional. A impossibilidade desta mãe trabalhar deve-se ao facto de ter quatro filhos pequenos para cuidar.

Sobre as expectativas profissionais dos filhos as mães garantiram apoiar as pretensões dos mesmos. A maioria refere que os filhos querem ter profissões no futuro, salientando as de professora, advogada, médica, polícia e agricultor. Uma das mães têm a filha mais velha a frequentar o ensino superior e outra a frequentar um curso profissionalizante. As demais crianças frequentam a escolaridade obrigatória, desde o 1.º CEB ao 11.º ano do ensino secundário. O desempenho escolar das crianças é descrito pelas mães como sendo “bom”, referindo-se a boas classificações, com notas que variam de 11 a 16, de “satisfaz”, 4 ou 5, conforme o nível de escolaridade. Observamos, a existência de uma das crianças que foi aluna de mérito no 11.º ano de escolaridade. Foi observado um caso em que uma mãe percebeu que o seu filho, matriculado no 1.º ano, não sabia ler e, por iniciativa própria, pediu à escola que o filho repetisse o ano escolar. A criança tinha passado a maior parte do ano letivo assistindo aulas online devido à situação pandémica de COVID-19.

A maioria das mães alegou que os filhos mostravam interesse pela escola e pelos estudos. As crianças que não mostravam muito interesse pela escola e pelos estudos eram as que estavam a frequentar o 1.º CEB. As demais mostravam-se esforçadas. Destacaram-se, no estudo, dois casos de crianças que, mesmo tendo boas qualificações, solicitavam acesso aos apoios educativos na escola, para assim conseguirem esclarecer dúvidas e obter bons resultados escolares. Observou-se, pelos discursos, que todas as mães conheciam o desempenho escolar dos seus filhos, facto que demonstra que eram mães que participavam na vida escolar dos mesmos. Como se evidencia, no presente estudo, a escolaridade das mães é variada. Aquelas mães com baixa escolaridade tinham mais dificuldades em apoiar os seus filhos nos estudos. Isto pode estar relacionado com desconhecimento dos conteúdos abordados na escola. O irmão mais velho, em casos mais específicos, era quem apoiava os irmãos mais novos nos estudos. Nesta impossibilidade, eram solicitados apoios na escola.

O comportamento das crianças, de acordo com o discurso das mães, é descrito como sendo “bom”, referindo-se todas elas aos seus filhos como sendo bem-comportados.

Na componente satisfação e mudanças com a vida atual as mães alegaram as dificuldades financeiras que experimentavam, agravadas pelo desinteresse dos ex-maridos em pagar pensão de alimentos e pelo facto de, segundo as mesmas, terem abandonado os filhos. Problemas de saúde (como cancro), situações de desemprego e a situação pandémica COVID-19 foram referidas como um novo tipo de vulnerabilidade, especialmente no âmbito dos estudos das crianças. Durante o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais, as crianças passaram a ter aulas a partir de casa, o que foi uma dificuldade para as mães, especialmente com as crianças do 1.º CEB, pois estas não estavam atentas. Para além do impacto na aprendizagem das crianças a pandemia impediu muitas pessoas de trabalhar. Decorrente desta situação, uma das famílias entrevistadas disse que não pôde pagar os empréstimos.

Sobre as expetativas futuras observamos que uma mãe alegou não querer mudar nada na sua vida atual, garantindo que está satisfeita com a vida que tem. Outra mãe gostava de poder trabalhar na sua área de formação e ter uma vida social diferente. Observou-se também, por parte de uma mãe, que desejava ter estudado para ter uma vida melhor. Outra mãe disse preferir não criar muitas expetativas para o futuro.

4. Discussão e Conclusões.

Neste estudo pretendeu-se responder aos objetivos delineados a fim de analisar o percurso de vidas das famílias em situação de vulnerabilidade social e económica.

Observou-se que todas as famílias possuem pelo menos um adulto empregado. Duas das famílias estavam a passar por processo de divórcio, situação que evidenciou uma diminuição dos recursos financeiros. Isto é, as mães que ficavam com a guarda das crianças sentiam um declínio acentuado nos recursos económicos disponíveis para responder às necessidades da família. Neste sentido, também Nunes et. al., (2009) observaram que a dissolução conjugal diminui a segurança financeira e é um dos principais fatores de risco para a má adaptação da criança à separação.

Pensa-se poder concluir, atendendo aos resultados obtidos neste estudo, que as famílias auscultadas estavam particularmente vulneráveis, por exemplo famílias em que pelo menos um ou mais adultos experimentam situação de desemprego (Alves, 2009).

As famílias que participaram podem ser descritas da seguinte forma: eram famílias com vulnerabilidades relacionadas com separação conjugal, desemprego de longa duração, problemas de saúde e dificuldades económicas.

Segundo observamos, as mães tentavam acompanhar os filhos nos estudos. Este envolvimento pode influenciar os resultados escolares das crianças, tal como também se comprova em Hoover-Dempsey et al., (2001). As mães que possuíam mestrado demonstraram ter menos dificuldades em apoiar os filhos nos estudos, conforme também se verifica na investigação de Batista e Peritas (2016a, 2016b). Assim, parece-nos viável poder afirmar que a escolaridade da mãe pode ser um contributo no sucesso escolar da criança. Em D'Ávila-Bacarji e Marturano (2005) ficou evidenciado que a escolaridade dos pais é um dos aspetos responsável pelo melhor desempenho escolar dos filhos, em especial da mãe, uma vez que esta se envolve mais nos estudos. No estudo foi possível perceber a existência de um pai que contribui no apoio escolar dos filhos, o que vai ao encontro do que sugere a literatura sobre a importância da presença do pai na participação nas atividades escolares (Cia et al., 2012). Para além da relevância dos pais no envolvimento na escolaridade das crianças verificou-se o contributo do irmão mais velho, tal como se concluiu no estudo de Reichert (2022) com famílias vulneráveis.

Além disso, outro fator que influenciou o sucesso escolar das crianças destas famílias foi a saúde de uma mãe (diagnosticada com cancro) e a situação pandémica COVID-19. Relativamente à saúde da mãe a criança ficou muitos meses sem contactar com ela, por motivos de internamento hospitalar, situação que se repercutiu diretamente no percurso escolar da criança.

Em relação a mecanismos relevantes para prevenir e/ou ultrapassar diferentes vulnerabilidades sociais e económicas, observou-se que a resiliência pode ser um mecanismo

para fazer face a vulnerabilidades sociais e económicas. Isto porque se trata de uma capacidade de se adaptar ao stress e à adversidade (Salanova, 2021). Para além das crianças, a resiliência também é evidenciada em uma mãe que, após um processo de divórcio, regressou aos estudos.

Referências Bibliográficas.

- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim Económico - Banco de Portugal*, 125–154.
- Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação* (3.^a). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Andrada, E. C., Rezena, S., Carvalho, B., & Benetti, I. C. (2008). Fatores de risco e proteção para a prontidão escolar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), 536–547. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000300008>
- Barros de Souza, L., Panúncio-Pinto, M. P., & Fiorati, R. C. (2019). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: Bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Brazilian Journal of Occupational Therapy / Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 251–269. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>
- Castro, M., Expósito-Casas, E., López-Martín, E., Lizasoain, L., Navarro-Asencio, E., & Gaviria, J. L. (2015). Parental involvement on student academic achievement: A meta-analysis. *Educational Research Review*, 14, 33–46. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2015.01.002>
- Cia, F., Barham, E. J., & Fontaine, A. M. G. V. (2012). Desempenho acadêmico e autoconceito de escolares: Contribuições do envolvimento paterno. *Estudos de Psicologia*, 29(4), 461–470.
- D'Ávila-Bacarji, K. M. G., Marturano, E. M., & Elias, L. C. dos S. (2005). Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 15, 43–55. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100007>
- D'Uva, T. B., & Fernandes, M. (2017). *A Mobilidade Social em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/2363/mobilidade-social-em-portugal#page-sinopse-2363>
- Decreto-Lei 55/2009 de 02 de março do Ministério da Educação, Diário da República n.º 42/2009, Série I de 2009-03-02 (2009). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2009-604644>

- Decreto-Lei n.º 176/2003 de 02 de agosto do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Diário da República n.º 177/2003, Série I-A de 2003-08-02 (2003). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/176-2003-652702>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2021). *Resultados Escolares: Sucesso e Equidade - Ensino Básico e Secundário 2019*. (DGEEC).
- Frutos, E. A., Izquierdo Rus, T., & Abenza Pastor, B. (2019). El absentismo escolar en contextos vulnerables de exclusión. *Profesorado*, 23(1), 121–139. <https://doi.org/10.30827/profesorado.v23i1.9147>
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>
- Gómez, G., & Rivas, M. (2017). Academic resilience, new perspectives of interpreting learning in contexts of social vulnerability. *Calidad en la educación*, 47, 215–233. <https://doi.org/10.4067/S0718-45652017000200215>
- Hoover-Dempsey, K. V., Battiato, A. C., Walker, J. M. T., Reed, R. P., DeJong, J. M., & Jones, K. P. (2001). Parental Involvement in Homework. *Educational Psychologist*, 36(3), 195–209. https://doi.org/10.1207/S15326985EP3603_5
- Jacobsen, G. M., Moraes, A. L., Wagner, F., & Trentini, C. M. (2013). Qual é a participação de fatores socioeconômicos na inteligência de crianças? *Neuropsicologia Latinoamericana*, 5(4), 32–38.
- Lei 13/2003 de 21 de maio da Assembleia da República, Diário da República n.º 117/2003, Série I-A de 2003-05-21. (2003). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/13-2003-541856>
- Marques, T. S., & Matos, F. L. de. (2016). Crise e vulnerabilidade social: Uma leitura territorial. In L. Lourenço (Ed.), *Geografia, paisagem e riscos* (pp. 189–214). https://doi.org/10.14195/978-989-26-1233-1_9
- Mestre, C., & Baptista, J. O. (2016a). *Desigualdades socioeconómicas e resultados escolares II - 2.º Ciclo do Ensino Público Geral*. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.
- Mestre, C., & Baptista, J. O. (2016b). *Desigualdades socioeconómicas e resultados escolares - 3.º ciclo*. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.
- Nunes-Costa, R. A., Lamela, D. J. P. V., & Figueiredo, B. F. C. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria*, 85(5), 385–396.
- Observatório Nacional Luta Contra Pobreza. (2021). *Pobreza e exclusão social em Portugal- Relatório 2021*. EAPN

- Pedro, A. (2022). *Ética na investigação em educação*. Editora Fi. <https://doi.org/10.22350/9786559173969>
- PORDATA. (2021). *Taxa de risco de pobreza: Antes e após transferências sociais*. PORDATA
- PORDATA. (2022). *Beneficiários do rendimento mínimo garantido e rendimento social de inserção da segurança social: Total e por sexo*. PORDATA
- Reichert, R. M. (2022). *Percurso de vida de famílias que recebem apoio social escolar: Um estudo a partir das vozes de diferentes atores* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Bragança].
- Salanova, M. (2021). *Resiliência. Como me levantar depois de cair?* Biblioteca de Psicologia.
- Vera, G. G., Muena, M. R., & Guerrero, C. L. (2021). Expectativas sobre la transición desde la educación básica a la educación media de estudiantes de contextos de vulnerabilidad social. *Pensamiento Educativo: Revista de Investigación Educativa Latinoamericana*, 58(1–13). <https://doi.org/10.7764/PEL.58.1.2021.1>
- Wall, K., Almeida, A. N., Vieira, M. M., Cunha, V., Atalaia, S., Rodrigues, L. B., & Coelho, F. (2013). *As crianças e a crise em Portugal: Vozes de crianças, políticas públicas e indicadores sociais* [Report]. Comité Português para a UNICEF.